



AUTARQUIAS

Câmaras orçamentam 980 milhões para litígios



Câmara de Lisboa tem provisões contra litígios e outros riscos que valem 20,9% do total orçamentado pelos municípios

LISBOA Com mais de 204 milhões de euros, o município alfacinha tem a maior fatia de provisões para acautelar riscos **PORTO** Câmara da Invicta inscreveu 39 milhões de euros no seu orçamento

JOÃO MALTEZ

As verbas orçamentadas nas contas de 2018 pelos 308 municípios portugueses para responder a litígios nos tribunais ou a créditos incobráveis somam, globalmente, 980,5 milhões de euros, revela o anuário financeiro das autarquias

elaborado pela Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC). A Câmara de Lisboa, que responde pelo concelho mais populoso do País, lidera neste âmbito, com um valor que ultrapassa os 204,6 milhões de euros ou 20,9% do 'bolo' total.

Na lista das câmaras com mais

DOS 308 MUNICÍPIOS, 33 TÊM NAS CONTAS MAIS DE 5 MILHÕES PARA LITÍGIOS

provisões para acautelar situações como acordos contratuais em risco, situações em litígio ou créditos incobráveis, depois do



Ordem lembra que as provisões contra riscos estão previstas na lei

Falta detalhe nas contas dos municípios

A lei obriga os municípios a constituir provisões nos seus orçamentos, de forma a acautelar contingências que possam, no futuro, transformar-se em encargos reais, tal como é sublinhado no anuário elaborado pela Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC). Contudo, alerta a OCC, nos mapas de prestações de contas das câmaras não há discriminação do possível destino das verbas, não sendo assim possível apurar "as provisões que estarão com maior probabilidade de se transformarem em futuro desembolsos".

município alfacinha, surgem os de Barcelos, com 75,7 milhões de euros orçamentados, e de Loures, com 72,6 milhões de euros.

No top 10 das autarquias com mais verba inscrita estão ainda Paços de Ferreira (com 51,7 milhões de euros), Coimbra (44,9 milhões de euros), Porto (39 milhões de euros), Guarda (30,7 milhões de euros), Sintra (29,4 milhões de euros), Marco de Canaveses (24,9 milhões de euros) e Fundão (24,5 milhões de euros).

Os dados apurados pela OCC permitem ainda constatar que 33 dos 308 municípios inscreveram nas suas contas provisões para riscos e encargos num valor acima dos cinco milhões de euros.